



Carlos Valder do Nascimento
José Augusto Delgado
(Organizadores)

Coisa Julgada Inconstitucional

2ª edição

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

485 páginas

ISBN 978-85-7700-148-4

FORMATO: 17 x 24 cm

Os estudos reunidos nesta obra sobressaem-se pela qualidade e pelo que têm de inovador, carregados de experiência e matizados pelo verniz, matéria-prima fornecida pelo conhecimento jurídico plural. Com efeito, transparece o toque da pena dos seus idealizadores (mentores), expressão de saber pessoal convergente para a realização do todo. Por isso que aqui se constrói o arcabouço teórico da processualística sob o olhar atento do fazer cotidiano do aparato judicial.

Abordagens fenomenológicas, histórico-filosóficas, além de jurídicas, mereceram considerações na articulação do discurso engendrado a sedimentar a teorização da temática posta. Ao suscitar a exequibilidade de relativizar a coisa julgada, aponta, também, os meios de impugnação de decisões transitadas em julgado.

É de justiça assinalar a qualidade da participação de juristas pátrios, artífices do saber jurídico, verdadeiros artesãos do direito. Traz a marca indelével do conhecimento transformador permeado por estratégias de mudança ao derredor da revisitação (histórica, epistemológica, filosófica e jurídica) da coisa julgada. Reúne, pois, em seu bojo, o pensamento vigoroso demarcado pelo fruto do pensar meditado, enquanto magistrados, procuradores, promotores e professores renomados. (...)

A incorporação das idéias aqui germinadas revela-se da maior significação, na medida em que visa internalizar a complexidade do fenômeno jurídico na persecução dos objetivos colimados em favor do bem de vida. Os atores dessas reflexões estão presentes em cada capítulo, cujos nomes emprestam forma e densidade ao espírito que alimenta os traços dominantes do seu conteúdo substancial, como expectativa e como promessa de renovação.

Carlos Valder do Nascimento

Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz e da Escola Superior de Advocacia da OAB/BA. Ex-Professor da Escola de Magistratura do Trabalho. Procurador Seccional da União (1993-2003). Procurador Federal aposentado. Advogado.

José Augusto Delgado

Professor da UFRN aposentado, e Doutor Honoris Causa pela mesma Universidade. Ex-professor da Universidade Católica de Pernambuco. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sumário

Lista de abreviaturas

Apresentação

Carlos Valder do Nascimento, José Augusto Delgado

PARTE I

Aspectos histórico e filosófico

Breve histórico da revitalização da coisa julgada no Brasil

Cláudio Sinoé Ardenghy dos Santos

Natureza da coisa julgada: uma abordagem filosófica

Carlos Valder do Nascimento, Lourival Pereira Júnior

Notas fenomenológicas sobre a relativização dos limites subjetivos da coisa julgada em conexão com o litisconsórcio necessário

Willis Santiago Guerra Filho

PARTE II

Relativização e controle

Coisa julgada inconstitucional: considerações sobre a declaração de nulidade da lei e as mudanças introduzidas pela Lei nº 11.232/2005

Gilmar Ferreira Mendes

Reflexões contemporâneas sobre a flexibilização, revisão e relativização da coisa julgada quando a sentença fere postulados e princípios explícitos e implícitos da Constituição Federal. Manifestações doutrinárias

José Augusto Delgado

Reflexões sobre o princípio da intangibilidade da coisa julgada e sua relativização

Humberto Theodoro Júnior, Juliana Cordeiro de Faria

Flexibilização da coisa julgada

Donaldo Armelin

Coisa julgada inconstitucional: declaração judicial de inexistência

Ivo Dantas

PARTE III

Bens e os instrumentos processuais de controle

Bens sujeitos à proteção do Direito Constitucional Processual

Alexandre Freitas Câmara

Meios de impugnação das decisões transitadas em julgado

Teresa Arruda Alvim Wambier, José Miguel Garcia Medina

Embargos à execução com eficácia rescisória: sentido e alcance do art. 741, parágrafo único do CPC

Teori Albino Zavascki

Eficácia da coisa julgada inconstitucional

Araken de Assis

Mandado de segurança contra coisa julgada inconstitucional: admissibilidade e aspectos processuais

Márcia Rabelo Sandes

PARTE IV

Hermenêutica e garantias constitucionais do processo

A nova hermenêutica constitucional e sua repercussão no controle de situações constituídas

Paulo César Santos Bezerra

As garantias constitucionais do processo no Brasil

Rogério Gesta Leal

Efeitos prospectivos de decisões definitivas da Suprema Corte em matéria tributária

Ives Gandra da Silva Martins

Índice